

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ará
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente

Paulo Cabral de Araújo

Diretor de Redação

Ricardo Noblat

Editor Executivo

José Negreiros

Diretor Vice-Presidente

Ari Cunha

Diretor Comercial

Maurício Dinepi

Diretor de Marketing

Márcio Cotrim

Diretor Gerente

Evaristo de Oliveira

Diretor Industrial

Osvaldo Abílio Braga

Diretor de Planejamento

João Augusto Cabral

Protesto e agressão

O direito à vaia, nas democracias, é tão sagrado quanto o direito ao aplauso. Esse é um princípio inerente ao exercício da liberdade e não pode ser ignorado em hipótese alguma, sob nenhum pretexto. Vaia, no entanto, nada tem a ver com o triste espetáculo de agressão física, perpetrado, anteontem, por manifestantes da CUT, no Recife, ao presidente Fernando Henrique e comitiva.

Foi um espetáculo de anticivismo e truculência. Os que ali foram agredidos, alvejados por pedras, ovos e ofensas, lançados por grupos fúriosos de manifestantes, não eram apenas personagens avulsos e indefesos, mas representantes de um governo democrático, recém-eleito por dezenas de milhões de votos, expressão da vontade soberana da maioria absoluta da população.

Além de covardes, os agressores foram politicamente incorretos. Quem não respeita as regras elementares da democracia torna-se seu adversário e merece a repulsa da cidadania. A intolerância dificilmente convive com bons argumentos. E não há um motivo razoável para justificar tamanha agressividade.

O governo Fernando Henrique somente agora está completando o período de cem dias de trégua, tradicionalmente concedido aos recém-empossados. Acabou de chegar, examina o terreno à sua volta e já está sendo julgado com o rigor que se costuma reservar aos que deixam o

poder sem cumprir compromissos.

Não é justo — e é estranho que assim seja. Pesquisas de opinião mostram que a agressividade exibida pela CUT no Recife não corresponde ao sentimento dominante na maioria absoluta da população brasileira, que é de expectativa positiva em relação ao futuro. O que se observa é que os manifestante exprimem exatamente a parcela minoritária das corporações que se sentem ameaçadas pelas reformas propostas pelo governo e sequer admitem debatê-las.

É legítima — e necessária — a divergência, dentro do convívio democrático. A vaia e o protesto, dentro dos limites da civilidade, são elementos fecundos, que auxiliam o governante. A grande fragilidade dos ditadores é exatamente a ausência do contraditório, que os torna reféns dos bajuladores e distantes da realidade. Não é, porém, disso que se trata.

Se as reformas que o governo propõe não são adequadas, devem ser discutidas e aperfeiçoadas. Se são desnecessárias, tal evidência deve ser demonstrada, via debate — no Congresso e na sociedade.

O que é inconcebível é fazê-lo a pauladas, estabelecendo cerco físico ao presidente em todas as suas viagens. Tem-se aí não o protesto legítimo e democrático, mas um truque, de índole autoritária, cujo objetivo é a intimidação — o argumento dos que não têm argumento.